

O Processo de Bolonha (Colóquio na FAP, 21/Abr/04)

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto

(Sorbonne 1998 –)

Bologna 1999 – Praga 2001 – Berlin 2003 – Bergen 2005

Uma estranha declaração feita à margem da celebração milenar da Sorbonne por três ministros desejosos de reformar os seus ensinos superiores e um quarto que se sentiu lisonjeado pela aproximação do continente deram origem a um processo de transformação cujo ritmo é ainda hoje difícil de entender. A França com um sistema de ensino superior completamente opaco aos olhos exteriores, a Alemanha e a Itália com problemas graves de ineficiência tentam aproximar-se do sistema americano aproveitando a boleia do colega britânico.

O esforço de modernização foi plenamente assumido em Bolonha onde se fala em

- Adoptar um sistema de graus facilmente legível e comparável
- Adoptar um sistema essencialmente baseado em dois ciclos que ninguém levou à risca mas *só em Berlim passou a explicitar os três ciclos de Bachelor-Master-Doctor*, garantindo que o grau de primeiro ciclo de estudos seja relevante no mercado de trabalho europeu
- Estabelecer um sistema de créditos (ECTS)
- Promover a mobilidade de estudantes e de professores
- Promover a cooperação na garantia de qualidade
- Promover a *chamada* dimensão europeia do ensino superior.

Com este enunciado, vários países (França, Itália, Noruega) iniciaram de imediato reformas do ensino superior que no essencial cumpriram aquele programa indo mais longe, executando a proposta nunca assumida internacionalmente de fixar um modelo de 3+2+3 anos de formação como tinha antes sido proposto por Attali. Outros países seguiram na mesma direcção, ainda que com algumas variantes nacionais como sempre ficara previsto nos documentos assinados. O último a fazer a conversão foi a Bélgica (comunidade francesa) que adoptou no mês passado a norma 3+2+3. Com este esqueleto comum e com a adopção dos créditos ECTS fica aberto o caminho à mobilidade intra e internacional dos estudantes europeus e, espera-se, a atractividade de jovens de outros continentes. Dentro da Europa todas as grandes instituições de ensino superior se reposicionam no sentido de atrair os melhores estudantes para aí realizarem o segundo ciclo. Na linguagem empresarial, estão a criar-se múltiplas alianças estratégicas que reforçarão a capacidade de formação dos aliados, procurando atingir os padrões de excelência americanos. Ao mesmo tempo fala-se numa concentração de recursos em algumas instituições de elite com toda a controvérsia que se pode prever para uma tal decisão. No Reino Unido isso é já tradicional. Em França, a noção de diferenciação vem desde as fundações napoleónicas. Na Alemanha fala-se em criar ou instituições novas ou redes de departamentos localizados nas universidades tradicionais. Na Irlanda, o conceito de financiamento diferenciado foi recentemente introduzido pela primeira vez. Mesmo na distante China planeia-se a criação de 10 novas universidades de elite com padrões internacionais de ensino e de investigação.

Todos os estudos internacionais concluem que a recuperação da competitividade europeia exige uma maior despesa no ensino superior e uma modernização do seu governo. Quanto à despesa, a Europa gasta com o ensino superior 0,9% a 1,3% do PIB (1,1% em Portugal) enquanto os Estados Unidos gastam 2,7%, o Canadá 2,6%, a Coreia 2,6% e a Austrália 1,6%. No que diz respeito à forma de governo, vários países europeus introduziram nos últimos anos reformas radicais. O arrojo da Holanda foi agora copiado pela Dinamarca e já fora de alguma forma introduzida noutros países nórdicos. A Europa do sul parece aguardar que a onda seja imparável... Mesmo assim o programa eleitoral do novo governo espanhol propõe-se elevar a despesa com o ensino superior de 1,2% para 1,5% nesta legislatura.

A conferência de Berlim, em 2003, fez uma notável actualização dos objectivos iniciais de Bolonha e a declaração final foi assinada por 40 ministros, incluindo a Rússia! Alguns aspectos deste comunicado merecem referência especial.

- Reforço das características sociais do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) no sentido de aumentar a coesão social e reduzir as desigualdades sociais e de género.
- Assumir a articulação entre o pilar do ensino (EEES) e de investigação (EEI, Espaço Europeu de Investigação).
- Clarificar e reforçar os sistemas de garantia de qualidade.
- Elaborar quadros comparáveis e compatíveis de qualificações em termos de carga de trabalho, de nível, de resultados de aprendizagem, de competências e de perfil.

- Diferenciar os objectivos dos graus académicos, dando aos primeiro e segundo ciclos orientações diferentes e perfis diversos de modo a acomodar as necessidades dos indivíduos, dos saberes e do mercado de trabalho.
- Explorar as relações entre a educação superior breve (*sub-degree, foundation degrees ingleses ou o nosso pós-secundário*) e as qualificações associadas ao primeiro ciclo.
- Dar novo fôlego à mobilidade estudantil.
- Generalizar o sistema de créditos ECTS.
- Reforçar o papel das instituições e das organizações estudantis na construção do EEES.

Na construção do EEES e nas reformas que estão a ser introduzidas em todos os países notam-se algumas preocupações comuns que merecem ser destacadas.

- O reforço do conceito de que a educação superior tem de ser feita em ambiente de investigação, seja ela de cariz académico e horizonte internacional, seja de cariz mais aplicado à introdução da inovação nas empresas e na sociedade.
- A preocupação com a empregabilidade dos diplomados, quer em primeiro quer em segundo ciclos.
- A transparência do novo sistema de graus e a sua compatibilidade (França) ou clara diferenciação (Alemanha) com o antigo.
- A facilitação da mobilidade dos estudantes entre instituições e entre perfis de formação, especialmente na transição entre ciclos.
- A simplificação do catálogo de cursos de primeiro ciclo, reservando a diversificação para (a fase terminal do primeiro e para) o segundo ciclo.
- A participação dos estudantes nos custos da educação com reforço dos apoios sociais públicos.
- O reforço da qualidade da educação, aproximando as instituições de topo dos referenciais norte-americanos.
- O apoio público à mobilidade internacional dos estudantes e à construção de parcerias entre instituições.
- O apoio público à atracção de estudantes de outros continentes.

Para o público de hoje, os estudantes do ensino superior do Porto, permito-me deixar em memorando alguns aspectos que me parecem particularmente relevantes na implementação do processo de Bolonha em Portugal.

- Maior participação dos estudantes e das suas organizações.
- Garantir que o ensino superior se prepara para receber uma maior fatia dos nossos jovens de 18-24 anos com a diferenciação que lhes é própria e que o mercado de trabalho vai exigir.
- Exigir que o novo sistema lhes oferece a necessária flexibilidade para poderem corrigir a sua opção inicial e terem a liberdade de entrar na vida activa quando façam tal opção.
- Exigir que o ensino superior se ajuste melhor à realidade nacional e europeia em toda a sua diferenciação.
- Exigir que existam em Portugal instituições que satisfaçam as suas necessidade de educação, podendo ir para o estrangeiro por opção mas não por obrigação.
- Exigir os mais altos padrões de educação superior, qualquer que seja a sua opção de perfil de formação.